

→ **Quinta-feira**

TERESINA | ANO XX
21/05/2015 | Nº 8336

meionorte.com

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

FECHAMENTO

21h50
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR

	Compra	Venda
Comercial	3,003	3,003
Turismo	2,970	3,090

VALORES

Poupança	0,62%
INSS	20%
IR	15%

EURO

	Compra	Venda
	3,330	3,350

TEMPO

Nascente	5h52
Poente	17h44
Máxima	33°
Mínima	24°



EDUCAÇÃO – I

● A Rede de Ouvidorias do Piauí reuniu-se ontem, no Tribunal de Contas do Estado, para novas definições com o intuito de promover a integração entre os membros e fortalecer as instituições no processo de transparência e aprimoramento do controle. Representantes da Ouvidoria do TCE-PI, do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional do Trabalho, do Ministério Público e do Governo do Estado estiveram presentes na reunião.

EDUCAÇÃO – II

● Os membros da Rede definiram a Educação como um tema em comum para ser trabalhado em destaque. “Vamos fazer uma série de eventos e consultas, utilizar da capilaridade de alguns integrantes, como MP e TJ, para atingir todo o Estado e trabalhar em várias linhas de atuação, como o acompanhamento das contas de transporte escolar, da merenda escolar, contratação de professores, frequências dos alunos”, explicou o assessor da Ouvidoria, Antônio Filho.

→ Pacto federativo

Wellington defendeu novos empréstimos para Estados e municípios e que o ICMS seja dividido em 40% para Estados consumidores e 60% para Estados produtores

Piauí quer 40% do ICMS sobre todas as compras

EFRÉM RIBEIRO

DE POLÍTICA & JUSTIÇA

→ A construção de uma agenda positiva de Pacto Federativo foi o objetivo do encontro de governadores com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ambos do PMDB, ontem em Brasília. Renan destacou que está aguardando solução para o Fundo de Compensação e pontuou soluções aprovadas no Congresso que beneficiaram os Estados.

Ao participar do encontro para discutir o Pacto Federativo, o governador Wellington Dias (PT) defendeu a concessão de empréstimos para Estados e municípios de acordo com sua capacidade de endividamento e que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Ele defendeu que ICMS para todos os produtos dividido em 40% para Estados consumidores e 60% para Estados produtores. "Defendi a criação do fundo de compensação é necessário



REUNIÃO | Pacto federativo é discutido em encontro em Brasília

para que o Senado conclua a votação do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que institui a reforma do ICMS, com a redução das alíquotas interestaduais e maior peso à tributação no destino das mercadorias e a distribuição justa do tributo para dar maior peso aos consumidores do que é dado hoje", falou Wellington.

O governador também pediu a aprovação do Projeto de Resolução do Senado, número 15, de autoria da sena-

dora Regina Sousa (PT) e que está aguardado apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto altera a Resolução 43, para antecipação de receitas dos royalties.

"A aprovação desta resolução abre a possibilidade de termos condições imediatas de receita com a rede bancária.

Pedimos ser pautado com prioridade", declarou.

Além dos Fundos de Compensação e Fundo

→ Recursos

Wellington defendeu a concessão de empréstimos para Estados e municípios de acordo com sua capacidade de endividamento

Regional de Desenvolvimento, já pautados, Wellington Dias defendeu a criação do Fundo de Segurança, cuja regulamentação consta em projeto de autoria do deputado Júlio César, a exemplo de fundos existentes nas áreas de Saúde e Educação.

Para o governador, outro tema que merece ser pautado é o da Previdência. "Acho que é o mais grave problema que temos hoje. Essa é a Casa adequada para tratar deste assunto", frisou. Ele também citou e manifestou apoio ao projeto da senadora Fátima Bezerra que cria ICMS diferenciado e pediu Prioridade para, até 15 de julho, terem definida uma pauta prioritária para o Brasil.

Quinta-feira

Teresina, 21 de maio de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 8121-9514

Não esqueça de se identificar.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Pinga-Fogo

Pois é. Feitas as contas após a eleição para conselheiro do TCE, contabilizam-se traições dos dois lados - do governo e da oposição.

livre-pensar 

Mudanças

Os picoenses caíram nas redes sociais após a eleição que escolheu o prefeito Kleber Eulálio (PMDB) como novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Houve até quem alterasse o slogan da campanha eleitoral passada que deu vitória ao peemedebista (ele entrega o cargo ao vice, o padre Walmir Lima, petista):

- De "Muda Picos", passou a "Chupa Picos".

Estados pedem revisão no pacto federativo

Os governadores de todo o país pediram ontem que os senadores façam a revisão do pacto federativo para promover uma distribuição mais equilibrada dos impostos e tributos arrecadados pela União e partilhados com estados e municípios. Wellington Dias informou que foi apresentada uma série de propostas para melhorar as finanças dos estados.

Os governadores querem a criação de fundo constitucional

para os estados e acabar com a guerra fiscal, que provoca uma disputa desenfreada pela instalação de indústrias, com base em incentivos fiscais. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram do encontro dos governadores, realizado no Salão Negro do Congresso Nacional. Os governadores pediram prioridade na pauta do Congresso Nacional

para a apreciação de matérias que tramitam nas duas casas que possam ajudar as finanças e estimular o crescimento.

A reclamação principal dos governadores é a falta de recursos para fazer frente às obrigações, alegando que a União fica com a maior parte do que é arrecadado. O senador Renan Calheiros informou que fará uma agenda positiva para garantir o equilíbrio dos entes federados e ajudar a superar a crise econô-

mica. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, concordou com a agenda positiva e vai discutir com os governadores os projetos prioritários.

Uma comissão especial vai avaliar os pleitos e sistematizar os próximos passos no Congresso. "O grande problema da federação no Brasil é a criação de obrigações para os estados e municípios, sem a previsão de recursos", reclamou Eduardo Cunha. (LC)

■ CRISE ECONÔMICA

Governadores pressionam Dilma por obras e incentivos

Uma das propostas apresentadas ontem é mudar a cobrança do ICMS, beneficiando os estados produtores

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) e os governadores de todo o país, em reunião com a equipe econômica do Governo Dilma, ontem, em Brasília, pediram mudanças na legislação fiscal para os estados e cobraram a retomada de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os governadores ameaçaram anular todos os incentivos fiscais concedidos sem o aval do Conselho dos Secretários de Fazenda (Confaz), o que poderia causar um grande tumulto na economia.

Eles alegaram a inconstitucionalidade de todos os benefícios fiscais concedidos pelo Governo sem o aval do Confaz. "O prejuízo para a economia seria muito grande e causaria muito tumulto se isso acontecesse. Mostramos que os incentivos fiscais é que nos permitem fazer a atração de investimentos para os estados", informou Wellington Dias. Como saída, os governadores apresentaram alternativas como alteração na legislação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e a



GOVERNADORES em reunião no Congresso Nacional: pressão por obras, novo pacto federativo e mais incentivos fiscais

retomada dos investimentos do PAC, em recursos hídricos e em segurança pública.

Apresentaram ainda a ideia de criação de um fundo de investimento regional. "Acreditamos esses três caminhos. Seria a cobrança do ICMS no destino. Hoje a maior fatia do ICMS vai para origem do produto. E as indústrias estão concentradas nos centros mais desenvolvidos. Os menores perdem com isso e é onde estão os consumidores", explicou o governador. A proposta é dividir o imposto, sendo 40% para o estado produtor e 60% para o mercado consumidor. "Essa inversão será bom para o crescimento econômico", justificou Wellington Dias.

Sobre o fundo regional, ele informou que o governo federal não queria colocar a parte em dinheiro. Então, ficou acertado que a União vai colocar 50% do valor do fundo, e a outra parte os estados podem adquirir por meio de financiamento junto à rede bancária. "Cada estado tem um limite proporcional à sua receita", explicou. Alguns estados estavam em dificuldades, porque o Governo Federal tinha bloqueado a linha de crédito para novos empréstimos. "Deve haver uma retomada nesta linha. Com isso, teremos mais perspectivas de receita e teremos novas linhas de financiamentos para fazer investimentos", assinalou Wellington Dias.

O outro passo são os investimentos do PAC, que foram suspensos. Os governadores querem a garantia da retomada das obras e de que não haverá cortes no repasse de recursos e financiamentos para obras e serviços em segurança e recursos hídricos. O governador citou o empréstimo de US\$ 320 milhões do Piauí junto ao Banco Mundial, aprovado no ano passado mas cujos recursos nunca foram liberados. O Ministério da Fazenda tinha paralisado a operação. Segundo o governador, para que todos os itens se concretizem faltava apenas a autorização do Ministro da Fazenda. "Agora temos o sinal verde e dentro desta semana devemos estar com tudo agilizado", finalizou.

Foto: Políticanet.com

Oposição minimiza derrota de Mauro Tapety

Deputados dizem que ainda há 12 deputados que não aceitam as diretrizes do governador.

21/05/2015 08:41

 Curtir 2
  Compartilhar 2
  Tweetar 0
  +1 0



Após derrota para eleição do Tribunal de Contas do Estado (TCE), deputados da oposição se dizem fortalecidos e lembram que o Governo passa por uma crise, inclusive, com previsão de greve por parte dos servidores. Para Robert Rios (PDT), longe de representar uma derrota, a oposição demonstrou que há 12 deputados que não aceitam as diretrizes do governador.

Para João Mádison (PMDB), quem votou em Kleber Eulálio (o candidato do Governo) para conselheiro votou em um bom candidato. "Não era uma guerra entre oposição e Governo, mas é importante que seja dito que ele teve apoio do Governo e do presidente da Casa, Themístocles Filho (PMDB)", diz Mádison, um dos 11 deputados que votaram em Mauro Tapety (PMDB) para a vaga.

Foto: Assis Fernandes/O Dia



Robert Rios disse que a oposição demonstrou coesão e força, apesar da vitória de Kléber Eulálio

Mádison afirma que esta não foi uma derrota, pois ninguém perde com a presença de Kléber e assegura: "O processo continua, ainda temos vindo aí reforma administrativa para entrar em votação, o Estado está quebrado e ainda temos os trabalhadores sinalizando uma greve por falta de pagamento", elenca o deputado.

Já para Robert Rios, a eleição do TCE representou sim uma batalha contra o Governo e ainda contra o presidente da Casa. "A oposição sai fortalecida e mostra que aqui tem 12 deputados que não aceitam as diretrizes do governador. Ontem aqui era uma disputa contra o governador e o presidente da casa. Ora, brigar contra o governador e o dono do poder legislativo é muito forte, por isso, demonstramos coesão e força", diz.

Já para o líder da casa, João de Deus (PT) esta não representa uma vitória do Governo, pois segundo ele, em nenhum momento se procurou envolver o Kamak na disputa. "As eleições representaram uma festa na democracia e do amadurecimento da casa. Não adianta querer atribuir vitória ou derrota alheia ao curso natural das coisas", afirma.

Por: Sarah Fontenelle - Jomal O Dia



Cova dos leões

Anteontem, ao se apresentar na Assembleia Legislativa como candidato a vaga de conselheiro do TCE o delegado Baretta se comparou a Davi, na cova dos leões. Nessa arena, os leões já tinham o seu escolhido.

Ladrão

Outra pérola do discurso de Baretta:

"O ladrão do dinheiro público é mais perigoso que o matador de Aluguel. O segundo tira a vida, mas o primeiro tira a dignidade".

Ping Pong

Voto no finado

Enquanto os deputados estaduais compareciam à cabine de votação para escolher o próximo conselheiro do TCE, entra no plenário, todo garboso, o ex-deputado Ribamar Cabelouro, com a posse de detentor de mandato. Os repórteres se intrigam.

Um repórter: "Com essa pose o Cabelouro vai votar em quem?"

Outro repórter: "Deve ser no Humberto Silveira".



Pela Transparência - 20/05/2015 às 18h13

Tribunal desmente Luiz Lobão e diz que não possui as notas da Câmara

[Curtir](#) [Tweet](#) [g+](#) [Compartilhar](#)

Treinar, ao invés de reclamar



E agora, Luiz Lobão?

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), em resposta a solicitação feita pelo 180 para obter junto àquela Corte as notas fiscais dos gastos dos 29 parlamentares integrantes da Câmara de Vereadores de Teresina, afirmou, em ofício, e ao contrário do que diz o presidente da [Casa](#) municipal Legislativa, Luiz Lobão (PMDB), não possui os respectivos documentos.

Em gravação veiculada pelo 180 há alguns dias, Lobão disse que não haveria "gestão pessoal" do jornalista que o cobrava o [acesso](#) aos documentos, e sim a "lei". Declarou também por diversas vezes que os documentos requeridos eram todos

enviados mensalmente para o TCE. Não são.

[Clique e Leia a Matéria Completa.](#)

Repórter: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha

Tribunal desmente Luiz Lobão e diz que não possui as notas da Câmara

PRESIDENTE DA CÂMARA segue dificultando acesso às despesas dos vereadores de THE

Curtir 148 Tweet 2 +1 0 Compartilhar



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), em resposta a solicitação feita pelo **180** para obter junto àquela Corte as notas fiscais dos gastos dos 29 parlamentares integrantes da Câmara de Vereadores de Teresina, afirmou, em ofício, e ao contrário do que diz o presidente da Casa municipal Legislativa, Luiz Lobão (PMDB), não possui os respectivos documentos.

Na resposta, a Corte de Contas destacou o artigo 29 da Resolução do TCE nº 09/2014, através da qual afirma que "os órgãos da administração direta do município de Teresina deverão manter nas respectivas sedes, à disposição do Tribunal, além da documentação comprobatória da execução, as seguintes peças: extratos bancários de contas correntes e de aplicação financeira acompanhados das devidas conciliações; demonstrativo analítico, e demonstrativo financeiro".

Ainda segundo técnicos da Corte de Contas, o acesso às notas fiscais por parte do Tribunal é feito *in loco*, mas que elas só são analisadas quando há denúncias ou suspeitas de irregularidades. Acrescentou também que, os valores repassados ao TCE, no

tocante a verbas indenizatórias, dizem respeito somente aos gastos gerais de cada vereador e não aos gastos detalhados, com os respectivos comprovantes, como garantiu o presidente Luiz Lobão em gravação feita pelo **180**.

No áudio disponibilizado abaixo, e veiculado na matéria intitulada "**Presidente da Câmara de Teresina barra acesso a notas fiscais da Casa; ouça**", explicando em quais circunstâncias a gravação foi feita, é possível ouvir Luiz Lobão, por diversas vezes, informando que os documentos solicitados oficialmente pelo **180** e também durante uma 'conversa' realizada no gabinete da presidência, seriam encontrados no Tribunal de Contas do Estado.

180: (...) O acesso às verbas, aos gastos de verbas indenizatórias do ano passado e desse ano, notas fiscais e tudo...

Luiz Lobão (Presidente da Câmara de THE): O acesso às verbas? O acesso às verbas é o mesmo valor do salário.

180: Não...[tentando explicar que o que se queria não era isso. Isso já se sabia].

Luiz Lobão (Presidente da Câmara de THE): O que que você queria saber?

180: Os gastos especificados.

Luiz Lobão (Presidente da Câmara de THE): Isso você pede lá no Tribunal de Contas. Isso vai direto para lá. A gente não pode liberar... o que que eu gasto... O que que um vereador gasta... se o dinheiro é dele, rapaz, ora. A verba indenizatória, isso está tudo regulamentado em lei. Já lhe passaram a lei? Você lê a lei, que é regulamentado por lei. Eu tenho obrigação de passar sabe para quem é (...)? É para o Tribunal [de Contas].

(...)

Luiz Lobão (Presidente da Câmara de THE): (...) Todo mês a gente repassa para o Tribunal. Esses processos, todos eles vão [para o TCE]. Agora eu não tenho autonomia para liberar. Eu passo para o Tribunal, que é o órgão controlador. Que que controla? São os órgãos externos, Tribunal de Contas, Ministério Público. A gente deve obrigação a eles. Isso aí é repassado todo mês. É regulamentado por lei. Toda Câmara Municipal tem verba indenizatória.

(...)

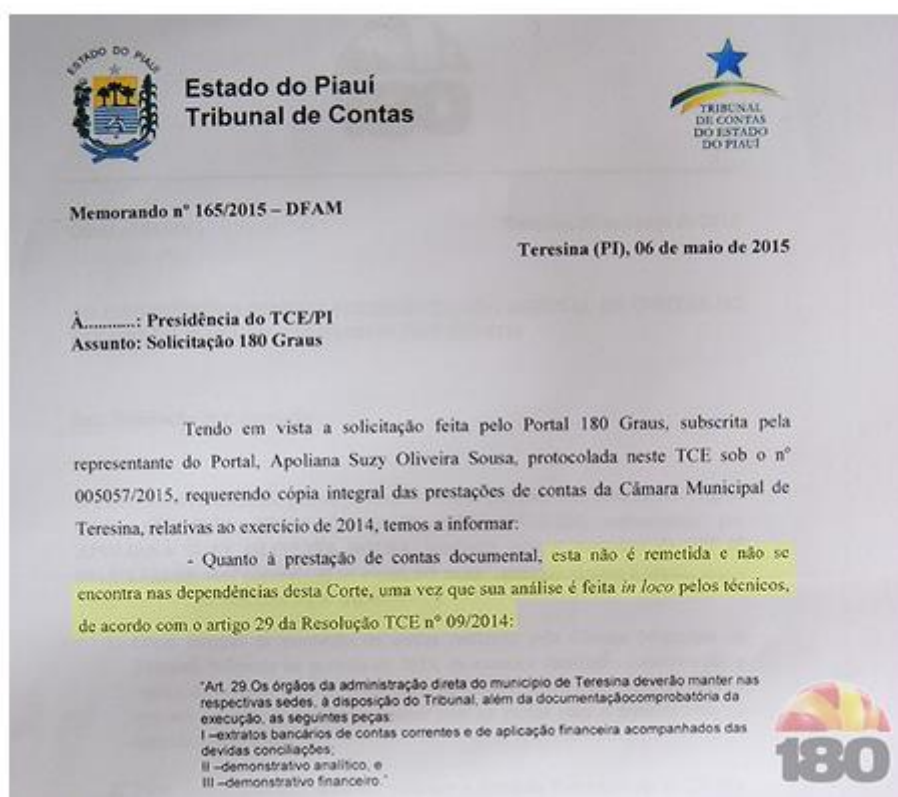
Luiz Lobão: Você procure o Tribunal de Contas que lá tem tudo da Câmara Municipal.

CÂMARA NÃO ENVIA FOLHA AO TCE DESDE OUTUBRO PASSADO

Até esta quarta-feira (19), a Câmara de Teresina não havia enviado àquela Corte de Contas, segundo o próprio Tribunal, as folhas de pagamentos referentes ainda aos meses de novembro e dezembro de 2014. Também não o fez em relação a nenhuma deste ano. As desse exercício, porém, o prazo foi estendido até junho, por conta de mudanças no sistema.

O **180** está de posse de um relatório interno que evidencia a "situação da unidade gestora", no caso a Câmara Municipal da capital, perante o TCE, comprovando tal fato.

Os dados da folha são enviados via Sistema Sagres, mas até o final da gestão do então presidente Rodrigo Martins (PSB), que foi eleito para o cargo de deputado federal, ele não deu solução a este assunto. Saiu e deixou por fazer. Seu sucessor, como bem se vê, também não o fez.



VEJA A ÍNTEGRA DO ÁUDIO GRAVADO NA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Como já havia noticiado o **180**, em matéria anterior, o dispositivo de gravação de um Iphone foi acionado no momento em que se percebeu que o diálogo que era para ser cordial, passou a descambar para um caminho estranho, motivado por um descontentamento da parte do presidente da Casa, atribuído a uma nota sobre gastos no Poder. No áudio, transcrito na íntegra [Aqui](#), é possível ouvir, além da voz do jornalista e de Luiz Lobão, a do diretor financeiro da instituição, Juraci Ramos de Oliveira – que não é concursado –, e de um outro vereador da Casa, Major Paulo Roberto (PSD).

PEDIDO FOI REITERADO E NOVOS FORAM APRESENTADOS

O **180** havia solicitado as notas fiscais dos gastos com verba indenizatória dos vereadores para apurar denúncias de mau uso do dinheiro público que chegaram até ao portal, referentes ao ano de 2014. O atual presidente da Casa, entretanto, negou o primeiro pedido protocolado.

E mesmo sob a 'orientação' do presidente, ora de que as notas fiscais estavam no TCE - que não estão, segundo a Corte -, ora de que se recorresse à Justiça para obtê-las, visto que ele não iria liberar, o **180** ingressou novamente, dessa vez, não só com mais um pedido formal, mas com três e aguarda respostas, antes de tomar providências junto à Justiça.

O **180** quer ter acesso agora, além das notas fiscais dos gastos com verba indenizatória, desde o início da gestão de Rodrigo Martins à frente da Mesa Diretora da Casa - do ano de 2013 até janeiro de 2015 -, ainda aos documentos referentes aos meses posteriores, bem como às notas fiscais e contratos referentes a todas as licitações, contratos, nomes de empresas e despesas financeiras feitas pelo Poder. Além disso, à folha de pessoal de toda a estrutura administrativa da Câmara, com suas respectivas lotações, demissões e movimentações, seja nos gabinetes ou nos órgãos internos, também durante todo esse período de tempo assinalado.

RESOLUÇÃO DA CASA REGULAMENTA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Uma Resolução normativa da própria Casa, de número 56/2012, dispõe "sobre o acesso, no âmbito da Câmara Municipal de Teresina, das informações alusivas à gestão orçamentária e financeira; às despesas da folha de pagamento e dos procedimentos licitatórios, em cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011", a Lei de Acesso à Informação.

LOBÃO ASSINOU A RESOLUÇÃO QUANDO ERA 1º VICE-PRESIDENTE

A Resolução, em seu artigo 3º, item IV, determina que a Câmara deve "divulgar as informações de interesse público, independentemente de solicitações". As informações solicitadas pelo **180** são de interesse público. E mais. No seu artigo 5º, é dito que "a Câmara Municipal de Teresina se obriga a disponibilizar" entre outros, informações sobre a sua estrutura organizacional e administrativa; dados de sua gestão orçamentária e financeira; prestações de contas e gastos com pessoal; informações do quantitativo de pessoal, efetivo e comissionado; informações concernentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.

A Resolução que regulamenta a Lei de Acesso à Informação é de 2012, quando era presidente Edvaldo Marques, tendo como o seu primeiro vice à época, vejam só, o hoje presidente da Casa, Luiz Lobão, que vem se negando a cumprir uma determinação que ele mesmo deu vida. Que estranho. Muito estranho.

LOBÃO DIZ QUE DECISÃO PARTE DA MESA DIRETORA

Ora, mas vejamos. Se Luiz Lobão diz que não pode liberar monocraticamente as notas fiscais - como também mostra a gravação disponibilizada; e o **180** entende que pode -, mas somente ouvindo a Mesa Diretora, ao que parece, ele próprio; o primeiro vice, Jeová Alencar; o segundo-vice, Paulo Roberto; o primeiro secretário, Tiago Vasconcelos; a terceira-secretária, Teresa Britto; o quarto secretário, Ricardo Bandeira; todos vereadores, não estão querendo liberar as notas fiscais solicitadas. Sem falar que nesse meio tempo, funcionários da Casa foram impedidos de conversar com o jornalista.

Claramente, somente um integrante da Mesa seria a favor, pelo menos assim de público se manifestou quando indagada pelo **180**, que viria a ser a segunda-secretária, vereadora Rosário Bezerra (PT) ([Clique e Leia](#)).

Já o vereador Edilberto Borges (PT), o Dudu, em entrevista ao **180**, disse que não teria problema algum essa liberação, fazendo ressalva somente a se os contratados queriam ter seus nomes divulgados. O que também não é impedimento. Quem contrata com o poder público já deve saber que isso é uma obrigação.

Dudu, no entanto, não pertence à Mesa Diretora da Casa.

RESOLUÇÃO PREVÊ SANÇÕES A QUEM DESRESPEITÁ-LA

O presidente da Casa, ao falar em Mesa Diretora, a Mesa assume responsabilidades. Ao se eximir do dever de informar, servidores também assumem responsabilidades. E se ninguém apurá-las, chegada será a hora dos eleitores varrerem da Câmara de Teresina o quadro atual.

Ora, porque pagar um político que não quer dar satisfação ao Povo e não quer permitir o controle social? Não faz sentido.

ÀS SANÇÕES

Diz a Resolução, assinada por ele próprio, o Luiz Lobão, atual presidente da Câmara, em seu artigo 8º, que "constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:"

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
(...)

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.

(...)

Parágrafo único. Quando configurada a prática de qualquer das condutas ilícitas mencionadas neste artigo, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Dessa forma, quando o 180 conseguir esses documentos, cruzar e checar os dados, e verificar supostas irregularidades, muitos terão que dar satisfação à opinião pública e à Justiça, caso as informações de posse do 180 sejam confirmadas.

Afinal de contas, diante desse quadro, é notório o risco de assumir responsabilidade futuras e ir de encontro ao item V acima. Até porque o portal deixa bem claro que o acesso às informações é para apurar denúncias de mau uso do dinheiro público.

As informações solicitadas pelo 180 não constam do Portal da Transparência da Câmara de Teresina e pela Lei e Resolução deveriam constar.

Mas afinal, porque tanto medo dessas informações serem divulgadas?

Confira ainda:

- [Câmara de Teresina pagou em dezembro último R\\$ 50 mil a contador.](#)

Clique e Veja todo o [Blog Bastidores](#).

Repórter: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha

Pode ser questionada - 21/05/2015 às 06h29

Construção de 50 cisternas em Dom Inocêncio não está publicada no site do TCE-PI

A Prefeitura de Dom Inocêncio publicou no Diário dos Municípios do Piauí de 04 de maio um aviso de licitação para a construção de 50 cisternas no município.

O edital só está disponível na própria sede da Prefeitura Municipal, que fica a 100 km de São Raimundo Nonato e 630 km da capital piauiense.

Mas, tem um problema. Até às 16h do dia 20/05, o mural de licitações do Tribunal de Contas do Estado não registra essa licitação (abaixo). Os prazos para a publicação dos editais de licitação variam de 3 a 9 dias de antecedência, em relação à data de abertura das propostas. A abertura desta foi agendada para sexta-feira(22).



AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio, Estado do Piauí, através de sua Comissão de Licitações, avisa aos interessados que fará realizar no dia 22/05/2015, às 10:30h, a Licitação na modalidade Tomada de Preço de nº 09/2015, tipo menor preço, com a abertura dos envelopes, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **Construção de 50 (cinquenta) cisternas de placas pré-moldadas, distribuídas no interior do município de Dom Inocêncio, sendo 10 unidades no sítio Angical, 10 unidades no sítio Rosilho, 10 unidades no sítio Poço dos Cachorros/Barrado do Bonito, 10 unidades no Sítio do Badú e 10 unidades no sítio Pedra Branca, conforme Edital da Tomada de Preço nº 09/2015 e Processo Administrativo nº 33/2015. Encontra-se o Edital e seus anexos à disposição dos interessados na Sala das Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio-PI, localizada a Praça Camaratuba, s/n – Centro, Telefax (89) 3580-1331, no horário das 08:00 às 13:00h, Dom Inocêncio, em 30/04/2015.**

Publicado Por: Aquiles Nairó



Política

Governo e oposição admitem peso político na escolha de novo conselheiro

Robert Rios (PDT), líder da oposição, e João de Deus (PT), líder do governo, afirmam que eleição de novo conselheiro foi decidida por questões políticas

Repórter: Beto Marques

20/05/2015 17h52 - Atualizado em 20/05/2015 17h55



A eleição para novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), que elegeu ontem (20/05) o prefeito de Picos, Kléber Eulálio (PMDB), ainda repercute na Assembleia Legislativa. A oposição e o governo continuam a afirmar que a disputa se deu na esfera política.



Líder da oposição, Robert Rios (PDT), durante votação para novo conselheiro do TCE-PI; Foto: João Alberto / O Olho

"Fiquei um tanto constrangido ontem", revelou o líder da oposição, deputado estadual Robert Rios (PDT). Sua declaração está ligada aos currículos dos 24 candidatos aptos a ocuparem a vaga de novo conselheiro do TCE-PI. "Se fosse por qualidade ou por currículo o resultado teria sido outro", acredita Robert Rios.

Ainda na avaliação do líder da oposição, o bloco contrário a gestão do governador Wellington Dias (PT) está demarcado. "Ontem era uma disputa contra o governador e o presidente da Assembleia. A oposição mostrou que está forte e 12 deputados disseram não ao governador Wellington Dias", pontuou o deputado Robert Rios.

As declarações de Mauro Tapety, candidato derrotado, que admitiu que forças internas e externas ao Parlamento influenciaram diretamente no resultado, não foram asseguradas pelo líder do governo, deputado estadual João de Deus (PT). Ele acredita que a vitória de Kléber Eulálio deu-se em virtude do seu serviço prestado.

"Mauro precisa dizer que forças eram essas. Acho que foi tudo normal. Confesso que entre as duas alternativas, que despontavam como favorito, o Kléber tinha vantagem pela sua experiência, pois foi gestor desta Casa por diversos mandatos, e é uma pessoa equilibrada. O que esperávamos de alguém que vá para o Tribunal de Contas, que não vá para acobertar e nem para pressionar ninguém", alegou.



Foto: Beto Marques / O Olho

João de Deus admite que a vitória pertenceu a esfera política, sobretudo à base de sustentação do governador Wellington Dias. "Foi uma vitória mais do que a do governo. O governador e nós torcemos para o bem do Piauí e Kléber tinha esses valores", defendeu o líder governista.

Kléber Eulálio ocupará a cadeira deixada por Anfrísio Lobão no TCE-PI, vaga desde outubro de 2014. O prefeito de Picos deixa o seu vice no comando do poder executivo da terceira maior cidade do Piauí, o petista Padre Walmir de Lima.



ELEIÇÃO DO TCE

MAURO TAPETY DESABAFA

DERROTADO NA ELEIÇÃO DO TCE, EX-DEPUTADO AFIRMA QUE NÃO TEM PROBLEMAS COM KLEBER EULÁLIO, MAS DEIXA CLARO QUE NÃO DIGERIU A INTERFERÊNCIA DA PRESIDÊNCIA DA ALEPI E DO GOVERNO DO ESTADO NO PROCESSO

20/05/2015 12:08 - Atualizado em 20/05/2015 12:33



MAURO DESABAFA



(foto: Jailson Soares / PoliticaDinamica.com)

O ex-deputado Mauro Tapety desabafou após o resultado da eleição em que seu colega e correligionário Kleber Eulálio saiu vitorioso. Nos bastidores, se comentava antes mesmo da eleição que sem a interferência direta de Themistocles Filho, presidente da Alepi, na disputa, nem mesmo o governador Wellington Dias (PT) seria capaz de impedir a eleição de Mauro.

RESISTENCIA

Mauro afirmou que entre ele e Kleber Eulálio não há problemas nem mágoas, pois reconhece o direito de qualquer um ir para a disputa, como ele mesmo o fez. O resultado, em si, segundo Tapety, também foi aceito. Mas não amenizou o tom de sua fala e revelou uma certa indignação com as "interferências externas e internas" para mudar os rumos da eleição. Segundo ele, teve gente que pressionou os deputados para mudar votos que seriam para ele. E o recado foi para a presidência da Alepi.

TRAIÇÃO



(foto: Jailson Soares / PoliticaDinamica.com)

Derrotado da eleição de conselheiro, Mauro Tapety não escondeu a mágoa e o ressentimento em relação ao deputado Themistocles Filho, coordenador da campanha de Kleber Eulálio. Evitou a palavra "traição", mas acredita que a postura do presidente não foi "correta".